

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

Edwaldo Costa
(Organizador)



Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

Edwaldo Costa
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Comunicação: meios e mídias no contexto da pós-verdade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Edwaldo Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C741 Comunicação: meios e mídias no contexto da pós-verdade /
Organizador Edwaldo Costa. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-692-8

DOI 10.22533/at.ed.928210601

1. Comunicação. 2. Mídia. I. Costa, Edwaldo
(Organizador). II. Título.

CDD 302.23

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O e-book “Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade” reúne não apenas as possibilidades que o campo da Comunicação enseja, mas também os desafios que se erigem na/da sociedade contemporânea, marcada pelo crescente processo de midiaticização e conflitos simbólicos presentes nas redes sociais, numa época em que a pós-verdade assume lugar de destaque. A pós-verdade constitui-se como um neologismo cada vez mais usado na compreensão de fenômenos relacionados à percepção de mundo e às novas circularidades de informações/opiniões. Em 2016, o Dicionário Oxford elegeu o termo pós-verdade, ou *post-truth*, como a palavra do ano em língua inglesa. Segundo o dicionário, a expressão indica que a opinião pessoal ou pública é mais suscetível às emoções e crenças preestabelecidas do que aos fatos objetivos. Os textos apresentados nesta coletânea foram produzidos por pesquisadores brasileiros, chilenos, colombianos e espanhóis em resposta às demandas da comunidade científica. Trata-se de uma obra transdisciplinar que versa sobre comunicação, jornalismo ético, democracia, produção radiofônica, *clusters*, educação ambiental, cultura, consumo, políticas da vida, controle social, comercial, estratégias de marca, direito a comunicação, liberdade de imprensa, *packaging*, posicionamento de marca, práticas de consumo noticioso, métodos qualitativos, política feminista nas redes sociais, *street papers*, educação inclusiva, cidadania, comunicação ambiental, ressignificação, *fake news*, semiótica e teoria dos atos de fala.

A ideia da coletânea é simples: propor análises e fomentar discussões sobre a comunicação a partir de diferentes pontos de vista: político, educacional, filosófico e literário. Como toda obra coletiva, também esta precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição. Por fim, sabemos o quanto importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora, capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para que estes pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Prof. Dr. Edwaldo Costa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

JORNALISMO ÉTICO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CREDIBILIDADE: DILEMAS DO
PROFISSIONAL DE JORNALISMO NAS MÍDIAS SOCIAIS

Edwaldo Costa

Marcos Simas

DOI 10.22533/at.ed.9282106011

CAPÍTULO 2..... 14

SEMIÓTICA E A TEORIA DOS ATOS DE FALA: UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA PARA
O PROBLEMA DAS *FAKE NEWS*

Anderson Vinicius Romanini

Márcia Pinheiro Ohlson

DOI 10.22533/at.ed.9282106012

CAPÍTULO 3..... 24

PARTILHAR COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMPUTAÇÃO PARA A CIDADANIA EM
REDE

Márcia Marques

Alzimar Rodrigues Ramalho

Tatyane Mendes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.9282106013

CAPÍTULO 4..... 35

DERECHO A LA COMUNICACIÓN: UN DERECHO COMPLEJO

Bernardo Alfredo Hernández Umaña

DOI 10.22533/at.ed.9282106014

CAPÍTULO 5..... 42

ENTRAMADO DE PRÁCTICAS DE CONSUMO NOTICIOSO ENTRE LOS JÓVENES:
MÉTODOS CUALITATIVOS PARA A RECOLECCIÓN DE DADOS

Constanza Gajardo León

Tabita Moreno Becerra

DOI 10.22533/at.ed.9282106015

CAPÍTULO 6..... 57

ENTRE DICOTOMIAS E SILENCIAMENTOS: O FAZER POLÍTICO FEMINISTA NAS
REDES SOCIAIS

Mayara Larissa Benatti da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9282106016

CAPÍTULO 7..... 67

RESSIGNIFICAÇÃO NAS REDES SOCIAIS: DE “VIVER É A MELHOR CONEXÃO” PARA
“VIVER É A MELHOR CONEXÃO... INTERROMPIDA”, UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
REPERCUSSÃO DO FILME PUBLICITÁRIO DA MARCA VIVO

Thiago Silva dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.9282106017

CAPÍTULO 8..... 75

DIFERENÇAS CONCEITUAIS SOBRE O CONSUMO NO FILME SEX AND THE CITY E NAS ESTRATÉGIAS DA MARCA ORNA

Julia Corrêa Borges dos Santos

Iris Yae Tomita

DOI 10.22533/at.ed.9282106018

CAPÍTULO 9..... 88

DEPOIS EU É QUE SOU ATRASADA? CONTROLE SOCIAL NO COMERCIAL “AVÓ” DE HAVAIANAS

Carla de Araujo Risso

DOI 10.22533/at.ed.9282106019

CAPÍTULO 10..... 99

EL *PACKAGING* COMO ELEMENTO DE POSICIONAMIENTO DE MARCA EN EL ACEITE DE OLIVA VIRGEN EXTRA *GOURMET*

Alba Merino Cajaraville

DOI 10.22533/at.ed.92821060110

CAPÍTULO 11..... 112

CLUSTER COMUNIDADE DE MEDELLÍN. DO DISCURSO DA GUERRA AO DA COLABORAÇÃO

Mónica Valle

María Teresa Herrera Echavarría

DOI 10.22533/at.ed.92821060111

CAPÍTULO 12..... 122

“JUVENTUDE EM PAUTA”: EXPERIÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NUM PROGRAMA RADIOFÔNICO

Luiza Tirelli Rehbein

Emy Francielli Lunardi

DOI 10.22533/at.ed.92821060112

CAPÍTULO 13..... 134

ODETE PACHECO, A DESBRAVADORA DO RÁDIO ALAGOANO

Ricardo José Oliveira Ferro

José Wagner Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.92821060113

CAPÍTULO 14..... 144

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAIS: REFLEXÕES SOBRE CULTURA, IDENTIDADE, CONSUMO E CIDADANIA

Melissa Heberle Diedrich

DOI 10.22533/at.ed.92821060114

CAPÍTULO 15.....	156
OS DESAFIOS NA COMUNICAÇÃO SOBRE ATRIBUTOS AMBIENTAIS E ECONÔMICOS DE PROJETOS DE ENERGIA ELÉTRICA	
Ana Lucia Rodrigues da Silva	
Fernando Amaral de Almeida Prado Junior	
DOI 10.22533/at.ed.92821060115	
CAPÍTULO 16.....	177
OS (DES) CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DO SUJEITO SURDO NA AMAZÔNIA PARAENSE	
Raimunda Berenice Pinheiro Cardoso	
Paulo Jorge Martins Nunes	
Ivone Maria Xavier de Amorim Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.92821060116	
CAPÍTULO 17.....	189
O "STREET PAPER OCAS" NA AVALIAÇÃO DE SEUS LEITORES	
Franklin Larrubia Valverde	
Marília Gomes Ghizzi Godoy	
Rosemari Fagá Viégas	
DOI 10.22533/at.ed.92821060117	
CAPÍTULO 18.....	198
COMA E UTI: POLÍTICAS DA VIDA	
Verusk Arruda Mimura	
DOI 10.22533/at.ed.92821060118	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	208
ÍNDICE REMISSIVO.....	209

OS (DES) CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DO SUJEITO SURDO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Data de aceite: 04/01/2021

Data de submissão: 28/09/2020

Raimunda Berenice Pinheiro Cardoso

Universidade da Amazônia
Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, Linguagens e Cultura
Belém – PA
ORCID: 0000-0003-0506-9325

Paulo Jorge Martins Nunes

Universidade da Amazônia, Programa de Pós-
Graduação em Comunicação, Linguagens e
Cultura
Belém – PA
ORCID: 0000-0001-7238-702X

Ivone Maria Xavier de Amorim Almeida

Instituto de Ciências das Artes (ICA)
Programa de Pós-Graduação em Artes
(PPGARTES – UFPA)
Belém – PA
ORCID: 0000-0001-8277-5210

RESUMO: O presente artigo pretende apresentar os (des) caminhos da educação dos surdos na Amazônia paraense, em específico, no estado do Pará. Assim como, busca situar a condição do surdo no cenário do século XXI, percorrendo narrativas da penosa trajetória deste sujeito, desde a idade antiga até a contemporaneidade, busca também tecer um diálogo entre o real e o imaginário, o possível e o concreto. Em relação à educação do surdo na Amazônia paraense, lança desafios de reflexão sobre a condição

deste sujeito na sociedade e propostas de uma educação redentora, libertadora, baseada em uma educação bilíngue.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito surdo, Educação inclusiva e Educação bilíngue.

THE (DIS) PATHS OF EDUCATION FOR THE DEAF IN THE AMAZON OF PARÁ

ABSTRACT: The present article intends to present the (dis) paths of the education of the deaf in the Amazon of Pará, specifically, in the state of Pará. As well, it seeks to situate the condition of the deaf in the 21st century scenario, covering narratives of this subject's painful trajectory, since from the ancient age to the contemporary, it also seeks to weave a dialogue between the real and the imaginary, the possible and the concrete. In relation to the education of the deaf in the Amazon of Pará, it poses challenges for reflection on the condition of this subject in society and proposals for a redemptive, liberating education, based on a bilingual education.

KEYWORDS: Deaf subject, inclusive education and bilingual education.

1 | INTRODUÇÃO

A história da educação dos surdos atravessa momentos de silenciamento, reivindicações e contestações. Esses sujeitos, situados em diferentes espaços, buscavam conquistar e garantir seu direito à educação e à cidadania. Somando-se a estes momentos, os surdos sofrem três tipos de estigmas: o físico, o

psicológico e social.

Os surdos fisicamente são considerados deficientes por não utilizar o aparelho fonador e, não empregar, por vezes, a oralidade. A partir daí, a surdez surge como deficiência e se constrói estereótipos. Goffman (1980) relaciona o estereótipo ao estigma social. O meio social determina como o ser humano deve se comportar, os surdos por não, majoritariamente, não fazer uso de narrativas orais, são vistos como sujeitos de comportamentos compulsivos ou reprimidos. O estigma social se delineia por fazerem parte um grupo distinto dos ouvintes, apesar de pertencerem a uma minoria linguística e com uma vasta e única herança cultural. Tal estereótipo, segundo Lane (1992), construído pelo ouvinte sobre a surdez como a falta e não a presença de algo. A noção do estigma trabalhada por Goffman (1980) manifesta-se ao tratar o surdo como deficiente, impossibilitado de algumas práticas como dançar e brincar.

Estes estigmas nos remetem ao que Lane (1992) declara ser “o silencioso é sinônimo de vácuo” e deve ser corrigido, tratado como doente que merece a tolerância, a nossa razoável condescendência, a nossa compaixão e o nosso auxílio. Por isso, Foucault (2001) aponta meios que a sociedade ouvinte busca para corrigir, arregimentar, curar, disciplinar e educar o “incorrigível”. Um meio de “inclusão” para que esses sujeitos façam parte da ordem social.

A ordem social é compreendida como o percurso necessário para o desenvolvimento das sociedades ocidentais industrializadas, que aloca indivíduos na pirâmide social. Esta não contempla o sujeito surdo, a não ser na posição de deficiente, anormal ou portador de necessidades especiais. Não há registros nas literaturas qualquer participação de surdos, somente nos manuais de medicina, de fonoaudiologia e de educação, nos quais Foucault (1998) esclarece que é um meio de evidenciar a microfísica do poder. Além de configurar práticas normalizantes por Foucault (2002: p.13) como estratégias, a fim de tornarem esses sujeitos ditos normais.

Nesta expectativa de normalização do corpo, criam-se escolas e pedagogias que permitem enquadrar o sujeito surdo com o objetivo de oferecer-lhe educação adequada; esse propósito reside na ideia que o discurso de normalização deve prevalecer, segundo Foucault (1997), o corpo antes da normalização, necessita ser arregimentado. No Brasil houve, no século XIX, uma movimentação social inclinada a atender às necessidades do indivíduo surdo. Instituições não governamentais foram criadas para atender a demanda da educação desses indivíduos ditos anormais. Esse seguimento educacional ainda dependia muito da ação da iniciativa privada, a qual recebia apoio das instituições filantrópicas.

Os sujeitos surdos percorreram uma trajetória árdua que permanece até os dias de hoje. Nos tempos antigos, Grécia e Roma iniciaram o tratamento clínico dos surdos, pois acreditava que os surdos eram seres inferiores e incapazes. A surdez era aceita como uma patologia, por isso os surdos estavam condenados a viver à margem da sociedade. Esta sociedade os desprezava, tornando-os sujeitos ineducáveis. Soares (1999) afirma

que, somente a partir do século XVI, o médico Cadarno apresenta uma tese que qualifica o surdo a ler e escrever. Ele afirma que é possível o surdo “ouvir lendo e falar escrevendo”.

A educação de surdos desde sempre foi preocupação de religiosos. E, o primeiro professor de surdos foi o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1529-1584). Na Europa, mais especificamente na França, foi garantido aos alunos surdos o direito às escolas e às metodologias específicas. Segundo Mazzota (1996) os surdos somente receberam atendimento específico no século XVIII e início do século XIX.

A atenção ao surdo estende-se, de maneira dinâmica para vários países, criando-se centros de reabilitações, internatos e escolas especiais. Dessa forma, a invenção da surdez foi sendo construída em meados do século XIX e se estendeu até o início do século XX. Este período foi marcado por uma preocupação exacerbada em expor e esclarecer a ausência de audição como patologia clínica, assunto de cunho estritamente científico. Na idade moderna, os estudos referentes à surdez tomaram um formato acadêmico-científico e a partir daí a sociedade passa a reconhecer um possível potencial nas pessoas surdas.

Houve, naquele momento, uma movimentação social inclinada a atender às necessidades do indivíduo surdo. Instituições não governamentais foram criadas para atender a demanda da educação desses indivíduos ditos anormais. Esse seguimento educacional ainda dependia muito da ação da iniciativa privada, a qual recebia apoio das instituições filantrópicas.

O governo brasileiro ainda assumia uma posição cômoda em relação à educação especial. Pois, a responsabilidade da educação inclusiva, que também cabe ao governo, era ausente. Os cofres públicos somaram poucos esforços em favor da educação especial, somente organizações não governamentais se dedicavam às obras assistencialistas e filantrópicas.

A partir do século XIX, Rocha (1997) afirma que, especificamente, no dia 17 de setembro de 1854, foi criado o Instituto de Educação para Cegos. A iniciativa da criação do instituto para cegos, utilizando os recursos da coroa foi de um cego brasileiro chamado José Álvares de Azevedo, cuja formação foi no Institute des Jeunes Aveugles de Paris. Álvares de Azevedo faleceu, prematuramente, e sob os cuidados do governo imperial o instituto para cegos foi administrado pelo Dr. Xavier Sigaud, médico da família imperial. Tal instituição oferecia um ensino técnico, os rapazes estavam envolvidos em atividades de encadernação e serviços de tipografia; e, as meninas cabia somente o aprendizado de tricô.

O instituto para cegos passou a chamar-se Instituto Benjamin Constant, em homenagem ao Ministro do Estado. Em 1893, D. Pedro II, criou o Instituto dos Meninos Cegos, juntamente com este fundou a escola para meninos surdos, que posteriormente chamou-se Instituto de surdos-mudos. A ênfase, neste estabelecimento de ensino, era dada ao ensino profissionalizante. Tal ensino tinha como objetivo qualificar os surdos nos ofícios de sapateiro e tipógrafo. Nesse espaço de educação eram admitidos somente meninos de

7 a 14 anos de idade, os quais viviam em regime de internato. Em 1957, o instituto passou a chamar-se Instituto Nacional de Educação e permanece até os dias de hoje.

21 OS (DES) CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DOS SUJEITOS SURDOS NA AMAZÔNIA PARAENSE

O currículo da educação de surdos na Amazônia paraense tem sua origem ligada às primeiras instituições criadas na década de 50, seja pelo poder público, seja pela iniciativa privada.

Ainda considerados sujeitos indesejáveis, dentre outros, os surdos estavam alocados com os deficientes, mendigos, loucos e alienados. Desde 1886, já havia um projeto de construção de um hospício de alienados na capital paraense, seguindo a mesma proposta do hospício Pedro II, conhecido vulgarmente como “Palácio dos loucos”, situado no Rio de Janeiro.

O Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira foi inaugurado no ano de 1892, neste espaço, os surdos conviviam com outros sujeitos como os alienados, os psicóticos, os lunáticos, os esquizofrênicos. Ou melhor, todos os indesejáveis deveriam estar alocados longe do centro comercial, distantes da elite da borracha e próximos do discurso de higienização da cidade que predominava na *belle époque*.

O Hospício de Alienados do Pará, situado na Avenida Almirante Barroso, sobreviveu por noventa e dois anos. Deixou de funcionar como hospital psiquiátrico em função da nova política de integração e da “desospitalização” dos ditos doentes mentais (RICCI; VALENTIM, 2009). E por serem enquadrados como sujeitos “anormais”, os surdos precisavam de diagnóstico e tratamento. Em consequência disso, o sujeito surdo recebe “cuidados” em manicômios, asilos, onde passam a sofrer preconceito da sociedade.

Apartir desse momento, o surdo torna-se um sujeito clínico e a surdez uma deficiência (THOMA, 2005). Os especialistas, médicos, pedagogos e fonoaudiólogos defenderam a tese de que a surdez poderia ser tratável a partir de tratamentos clínicos e métodos educacionais. Em se tratando de métodos educacionais, surge o discurso denominado de ensino **emendativo**. Este abre espaço para a criação de instituições especializadas para integrar, no sistema de ensino, os cegos, os surdos e pessoas que sofrem transtornos mentais na cidade de Belém.

O ensino emendativo, na Amazônia paraense, teve como suporte humano professores formados em cursos de “especialização” no Rio de Janeiro (ALMEIDA; NETO 2007, p. 211 e 213). Os cursos tinham como objetivo atender cegos, surdos e deficientes mentais:

O Curso de Professores e Inspetores na Educação de cegos, realizado no Instituto Benjamin Constant; “orientação Psicopedagógica em Deficiência mental” realizado na sociedade Pestalozzi do Brasil, ambos no Estado da Guanabara (Rio de Janeiro) O governo

do Estado do Pará se responsabilizou em enviar três professoras para surdos e duas para o curso de cegos e uma para o de deficiente mental; Em março de 1959, foi enviado um grupo de quatro professoras para o Rio de Janeiro [...] Com o retorno de uma das professoras em Belém, iniciou-se o atendimento especializado de alunos surdos, resultante da iniciativa pessoal da professora, que associada à campanha para a educação de surdos – CESB - encaminhou um convênio entre a CESB e a SEDUC.

Deste modo, a Escola de Educação de Surdos-Mudos Professor Astério de Campos, em Belém, passou a funcionar, em 21 de outubro de 1960. A iniciativa de inaugurar a educação de surdos na região amazônica foi pioneira, tanto na formação de professoras nos cursos de especialização, quanto no empreendimento do governo de Juscelino Kubitschek.

Mas, somente no ano de 1996, a educação especial recebe um documento oficial do Estado ditando o compromisso com esse grupo minoritário (PARÁ, 1996), “Uma proposta para Educação Especial no Estado do Pará” propõe ações educacionais direcionadas aos alunos surdos, por meio das Unidades especializadas. Esses espaços são pertencentes à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). A base construtora da proposta de educação inclusiva perpassa por caminhos, cujo lema é “reconhecer as diferenças e reduzir as desigualdades”, porém a proposta poderia ser mais ampla, segundo MAZZOTTA (2000, P.17), a fim de que houvesse integração do indivíduo, tendo a educação e o trabalho como eixos básicos da integração e a família como seu suporte.

Assim, a UEES professor Astério de Campos, referência na educação bilíngue no Estado do Pará, assume ressignificações em suas ações, a partir do ano de 1996, por conta dos avanços políticos que contemplam a educação especial no Brasil. No entanto, vale ressaltar que a Escola de Educação de surdos teve seu início em 21 de outubro de 1960, na capital do Pará, sob a governança de Luís Geólas Moura Carvalho, por meio do decreto nº 3174. Antes, o atendimento aos alunos surdos era realizado na Escola Serra Freire, anexo ao Instituto de Educação do Pará, sob a direção da professora Cordélia Nunes Rayol.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES- teve fundamental importância na criação da escola de surdos em Belém. Esta instituição, o INES, promoveu uma campanha para a educação do Surdo brasileiro que resultou no decreto nº 42.728, de dezembro de 1957, conforme o artigo 2º “Caberá à campanha promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência no mais amplo sentido, aos deficientes da audição e da fala, em todo o território nacional”. Portanto, coube ao governo estadual implementar as diretrizes da educação especial e atender às necessidades desse grupo minoritário.

Ao longo de sua existência, a escola de educação de surdos recebeu inúmeras denominações e se alocou em diversos espaços. Somente em 1965, recebeu os nomes Instituto Astério de Campos, Unidade Técnica Prof. Astério de Campos e, atualmente,

Unidade Educacional de Ensino Especializado Prof. Astério de Campos. Esta unidade de ensino funcionava na residência do mordomo do governador, mas somente teve sede própria em 31 de janeiro de 1967, localizada na avenida Almirante Barroso, nº 2800, bairro do Marco. A escola recebeu o nome do ilustre jornalista Astério de Campos, nascido na Bahia, em 10 de agosto de 1893 e falecido em 07 de fevereiro de 1968, por seu engajamento político e educacional em favor de grupos minoritários. Além do seu empenho político, Astério de Campos participou da campanha para a educação do Surdo brasileiro e compôs, juntamente com a diretora do INES, o Hino ao Surdo brasileiro.



Foto 01: Instituto Prof. Astério de Campos.

Fonte: acervo da UEESPAC

A Escola Astério de Campos, por meio de regimento, passa a funcionar como escola destinada aos surdos, subordinada à Secretaria de Educação e Cultura. Concomitante a esse momento, o Ministério da Educação e Cultura concede direito aos surdos, graças à campanha para educação do surdo brasileiro, legitimando o regimento interno que reza os princípios de:

- a) recuperar e adaptar o surdo à sociedade, através de processos educativos;
- b) prestar, na medida do possível, assistência educacional, social e profissional;
- c) ministrar o ensino necessário e suficiente para que os alunos se integrem na sociedade, como indivíduos úteis.

(REGIMENTO INTERNO, 1961, p. 01)



FOTO 02: Alunos em sala de aula.

Fonte: Acervo da UEESPAC

Ainda na década de 60, a orientação metodológica seguia os preceitos do método denominado Oralismo, o qual se ocupava em capacitar os surdos à aquisição da língua oral, assim como prepará-lo para o mercado de trabalho. Esta proposta recebeu influência do contexto vigente sobre a educação de surdos, que adotava o Oralismo como método oficial de aprendizado do surdo (SOARES, 2005). A imagem acima registra alunos em sala de aula recebendo orientação para aquisição da linguagem oral.

Outro referencial em educação de surdos em Belém é o Instituto Felipe Smaldone, cuja ação é essencialmente filantrópica, católica, engajada na educação de crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos. O espaço educacional abriga surdos de diversos bairros de Belém, dos distritos e dos municípios do Estado do Pará. O objetivo principal da escola é educar e habilitar esses indivíduos para atuarem na sociedade em que vivem como cidadãos competentes e responsáveis em construir uma sociedade menos desigual. O oralismo, corrente metodológica empregada na educação de surdos, ainda está presente em inúmeras escolas inclusivas paraense. Mas, vem perdendo espaço para o bilinguismo.

O bilinguismo é uma abordagem educacional, cujo propósito é habilitar o sujeito surdo a utilizar-se de duas línguas: a Língua de Sinais, como língua materna; e, a Língua Portuguesa, como segunda língua. O bilinguismo para Sá (1999) é:

A abordagem educacional para surdos, estabelecendo que as crianças

devam ser ensinadas em duas línguas: a língua de sinais considerada como primeira e a língua portuguesa como segunda, a utilização do bilinguismo aumenta as capacidades cognitivas e linguísticas dos surdos, possibilitando melhores resultados educacionais que os conseguidos com a linguagem oral.

Muitas propostas, embora denominadas bilíngues, carregam as filosofias do oralismo e da comunicação total. O bilinguismo, segundo Fernandes (2003), só será considerado como tal, se no ambiente escolar, as línguas forem respeitadas em sua integridade. Ou seja, quando não houver interferência e uso de processos de comunicação como o bimodalismo e o português sinalizado.

Tais práticas ouvintistas devem se situar no passado, mas a dificuldade e a complexidade de assumir uma condição bilíngue e bicultural na educação de surdos reside no aceite da lógica ouvintista que guiam as práticas dos especialistas e professores de surdos. Lopes (2011) afirma que esta dificuldade está ancorada no olhar e:

[...] constituído historicamente, daquele que trabalha e nas condições de trabalho. Estamos atravessados por uma lógica ouvintista que vem guiando nossas práticas e encaminhando a militância que fazemos na área de educação de surdos para uma simples exaltação das diferenças daqueles que, quando estão na escola, não acreditamos que possam aprender como “os outros”. (LOPES, 2011, p.32)

Em se tratando da questão surda, viver em uma condição bilíngue significa viver, simultaneamente, uma condição bicultural. Ou seja, o surdo tanto convive com a comunidade ouvinte quanto com a comunidade surda. Esta condição permite que imprima “traços identitários distintos nos sujeitos surdos, pois esses partilham de elos que os posicionam de formas específicas” (LOPES, 2011, p. 66). Este posicionamento está, intrinsecamente, relacionado com o convívio surdo e com o convívio ouvinte. O surdo compartilha de uma zona de fronteira, ora como surdo, na comunidade surda; ora como não ouvinte, entre os ouvintes.



FOTO 02: Alunos em sala de aula – Contexto Bilingue.

Para Lopes (2011), ser bilíngue é uma tarefa que exige muita energia dos sujeitos surdos. Porém, segundo a autora, ser bicultural é extremamente difícil em uma sociedade e em um tempo em que somos chamados a nos identificar dentro de alguns esquemas de identidade.

Delimitar uma proposta bilíngue de educação de surdos implica definir em quais línguas os sujeitos são capazes de se pronunciar e dos contextos que o fazem. Conforma Quadros:

[...] bilinguismo, então, entre tantas possíveis definições pode ser considerado: o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais. Aqui já temos uma relativização do “bi” em bilinguismo [...]. (QUADROS, 2005, p. 27)

A autora salienta que o termo bilinguismo ainda é o mais usado, embora o termo ‘multilinguismo’ seja empregado para designar o domínio de mais de duas línguas.

Ao problematizar a necessidade de estabelecer um novo olhar sobre a educação bilíngue, Skliar (1999) enfatiza a importância de um olhar atento para alguns atravessamentos silenciados nesse território. Entre eles, esse autor comenta sobre:

[...] as obrigações do Estado para com a educação da comunidade surda, as políticas de significação dos ouvintes sobre os surdos, o amordaçamento da cultura surda, os mecanismos de controle através dos quais se obscureceram as diferenças, o processo pelo qual se constituem- ao mesmo tempo se negam- as múltiplas identidades surdas, a ouvintização do currículo escolar, a separação entre escola de surdos e comunidade surda, a burocratização da língua de sinais dentro do espaço escolar, a onipresença da língua oficial na sua modalidade oral e/ ou escrita, a necessidade de uma profunda reformulação nos projetos de formação de professores (surdos e ouvintes), etc. ((SKLIAR, 1999, p. 8)

Tais aspectos, citados pelo autor, remete-nos aos princípios de normalidade e de anormalidade tão divulgados nas literaturas surdas e nos compêndios clínico-terapêuticos; subjaz, também, princípios culturais, político-econômico de inclusão e exclusão alimentados pelos discursos da (in) capacidade surda de produção e empregabilidade que circunscrevem os dias atuais.

Lopes (2011) afirma que a educação bilíngue orienta-se a partir de dois eixos: em deles refere-se à uma condição bicultural vivenciada pelo surdo; outro eixo refere-se à condição bilíngue, entendida a partir do domínio surdo da Língua de Sinais - em sua modalidade visual e gestual- e do não domínio surdo de uma língua oral. Skliar, comentando sobre o bilinguismo, diz que não há como “descrever o bilinguismo como uma situação de harmonia e de intercâmbios culturais, mas como uma realidade conflitiva” (SKLIAR, 1999, p.9). Portanto, uma realidade que evidencia um duelo entre a identificação surda com seus pares e a não identificação surda com os ouvintes. O bilinguismo, sinônimo de luta e de resistência surda.

Embora o bilinguismo ofereça maiores possibilidades de inclusão do aluno surdo na escola e na sociedade, a realidade na cidade de Belém, na educação de surdos é marcada pelo oralismo e pela comunicação total, como prática e teoria-metodológica. A ausência de capacitação de profissionais na educação de surdos; a falta de investimento do poder público na formação do indivíduo surdo; a escassa valorização do bilinguismo como uma concepção importante no processo de alfabetização; a supervalorização do oralismo como metodologia de alfabetização; a falta de sequência no currículo da alfabetização dos surdos são fatores que impossibilitam a construção da identidade surda. O que o surdo paraense consegue enxergar é uma identidade flutuante, na qual ele não consegue diagnosticar a sua diferença e a Língua de Sinais como instrumento formador de cultura e identidade própria.

3 | CONCLUSÃO

Apresentou-se a construção e a desconstrução que move as ações governamentais, assim como a negligência do poder público em relação às políticas educacionais ligadas à surdez. Embora, nos dias atuais, os discursos e as políticas defendem uma sociedade inclusiva, o sujeito surdo somente se beneficia de seus direitos de cidadão por meio das políticas da deficiência. A máscara da benevolência esconde uma comunidade surda amordaçada.

Este artigo desafia o leitor a refletir sobre a condição deste sujeito e as práticas pedagógicas a ele impostas. Além disso, aponta caminhos para que a sociedade e o poder público se mobilizem para tratar este ser surdo como alguém que merece respeito, dignidade e atenção devida.

O propósito deste artigo é apresentar a possibilidade de uma educação redentora,

que valorize a Língua de Sinais pertencente majoritariamente ao surdo, cuja habilidade reside em falar com as mãos e ouvir com os olhos (CARDOSO, 2014). O presente artigo não pretende esgotar a possibilidade de debates e discussões sobre a educação de surdos numa perspectiva bilíngue. A educação do surdo deve produzir identidade, valorização da cultura surda e respeito à Língua de Sinais. Tais acontecimentos devem ser encarados como uma possível conquista à comunidade surda.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. da S.; NETO, J.G.T. **A Educação Especial no Estado do Pará e as perspectivas de inclusão: análise de uma trajetória histórica**. In: Ver a Educação. UFPA. Centro de educação. V.11. Nº 1 (jan.dez.2005). Belém: ICED/UFPA, 2007. P.205.232.
- CARDOSO, Raimunda Berenice Pinheiro. **Mãos que falam... olhos que ouvem**: uma análise do letramento midiático para alunos surdos em um contexto bilíngue. Dissertação de Mestrado, Belém, 2014.
- FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto alegre: Artmed, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petropólis; Vozes, 2002.
- _____. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Microfísica do Poder**. 13ª ed. RJ: Graal,1998.
- _____. **A Ordem do Discurso**. 4ª ed. SP: Edições Loyola, 1997.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- LANE, Harlan. **A Máscara da Benevolência: A comunidade surda amordaçada**. 2ª Ed. LISBOA, 1992.
- LOPES, L.P.M. Discursos de identidades em sala de leitura de L1: a construção da diferença. In: SIGNORINI, I. (org.). **Lingua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado das Letras/FAPESP/ FAEP,2011.
- MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez: 2000.
- PARÁ. Diário Oficial do Estado do Pará. **Decreto nº 3.174 de 21 de outubro de 1961. Cria a Escola de Educação de Surdos Mudos. Professor Astério de Campos, nesta capital. Belém-Pará. DO Nº 19.450. Sábado, 22 de outubro de 1996.**
- QUADROS, R. M. **O “Bi” em bilinguismo na educação de surdos**. In E. Fernandes (org.) Surdez e bilinguismo. Porto alegre, RS: Editora Mediação, 2005.

RICCI, M. (org.); VALENTIM, R. (org.). **História, loucura e memória: o acervo do hospital psiquiátrico Juliano Moreira**. Belém: SECULT/ Arquivo Público do Estado do Pará, 2009.

ROCHA, S. Histórico do INES. **Espaço**. Informativo Técnico-científico [do] INES. Edição comemorativa, 140 anos. Belo Horizonte: Littera, 1997.

SÁ, N.L. **Educação de surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói: Ed. UFF, 1999.

_____. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SKLIAR, C. (org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto alegre: Mediação, 1999.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do Surdo no Brasil**: 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados Campinas, 2005.

THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini. (org.). **A invenção da surdez (Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação)**. Santa Cruz, EDUNISC, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cidadania 24, 25, 27, 29, 32, 33, 86, 127, 144, 148, 149, 150, 151, 155, 164, 177, 189, 190, 192, 196

Clusters 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120

Comunicação 2, 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 54, 59, 67, 68, 69, 72, 86, 88, 90, 91, 94, 95, 98, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 140, 142, 144, 146, 148, 149, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 168, 171, 173, 175, 177, 184, 186, 189, 190, 191, 194, 196, 198, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208

Consumo 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 105, 106, 109, 129, 144, 145, 150, 151, 152, 155, 196

Controle social 26, 31, 33, 88, 97

Cultura 25, 27, 34, 35, 41, 43, 55, 59, 61, 69, 74, 80, 91, 95, 98, 106, 108, 112, 123, 124, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 166, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 196, 207

D

Discurso 18, 52, 54, 60, 63, 65, 68, 70, 89, 93, 97, 98, 112, 113, 114, 115, 116, 125, 129, 144, 145, 146, 165, 178, 180, 187

Discurso da guerra 112, 115

Discursos circulantes 88, 93

E

Educomunicação 127, 144, 148, 149, 150, 153, 154

Energia elétrica 114, 145, 156, 157, 166, 167, 174

Era pós-massiva 67

Estratégia de guerra 114

Estratégias 17, 68, 75, 76, 84, 86, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 123, 125, 146, 159, 160, 162, 163, 165, 173, 178

Ética jornalística 7

F

Fake news 10, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 123, 124

Feminismo 57, 64, 66, 153

J

Jornalismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 19, 24, 26, 29, 140, 144, 147, 148, 155, 189,

192, 194, 208

Jornalismo ambiental 144, 147, 148, 155

Jornalismo ético 11

L

Liberdade de expressão 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 60

Liberdade de imprensa 7, 10

Liberdade de informação 7

Linguagem 8, 14, 15, 16, 21, 23, 29, 30, 31, 60, 65, 116, 119, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 144, 153, 164, 169, 171, 183, 184, 187, 192

Linguagem radiofônica 129, 130

M

Marketing 68, 69, 74, 79, 92, 99, 100, 102, 104, 109, 110, 114, 115, 116, 133, 156, 157, 158, 159, 166, 173, 174, 175

Meios de comunicação 2, 12, 26, 67, 69, 88, 133, 146, 156

Mídias 2, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 19, 69, 98, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 133, 148, 156, 164, 165, 206

Mídias na escola 124

Mídias sociais 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 19, 69, 133, 156, 164, 165

Modernidade 26, 59, 66, 90, 144, 150, 151, 154

N

Notícia 4, 10, 11, 14, 18, 125, 145

Novas tecnologias 1, 3, 126

O

Odete Pacheco 134, 135, 138, 140, 141, 142, 143

Opinião pública 9, 12, 22, 88, 89, 147, 162

Orna 75, 76, 77, 83, 84, 85, 86, 87

P

Packaging 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

Plataforma digital 30

Política 1, 2, 8, 9, 11, 33, 36, 38, 40, 41, 50, 57, 59, 66, 113, 114, 118, 123, 124, 127, 151, 153, 160, 162, 164, 180, 190, 191, 195

Pós-modernidade 26, 144, 150, 154

Pós-verdade 2, 14

Produção radiofônica 122, 131

Publicidade da Vivo 67

R

Rádio 4, 7, 29, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Rádio como ferramenta pedagógica 123

Redes sociais 7, 8, 9, 10, 12, 13, 16, 22, 32, 33, 57, 58, 59, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 124, 126, 128, 146

Ressignificação 67

S

Semiótica 14, 15, 16, 20, 22, 23, 208

Sex and the city 75, 76, 79, 81, 85, 86

Socioambiental 144, 148, 149, 150, 154

Surdo 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188

T

Tecnologias da informação e comunicação 122, 123

U

UTI 198, 199, 202, 203, 206

W

Web-rádio escola 122, 123, 125, 128

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 